

NACIONAL

Economia - Brasil

Acordo com o FMI pode ser assinado hoje

Ajuda do G-7 será coordenada pelo BIS. Fundo entra com no mínimo US\$ 15 bilhões e Bird e BID com US\$ 4,5 bilhões cada

Maria Helena Tachinardi
e Mônica Izaguirre
de Washington e Brasília

A carta de intenções do Brasil para o Fundo Monetário Internacional (FMI) poderá ser assinada ainda hoje, por fax, pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. O FMI deverá entrar com US\$ 15 bilhões, no mínimo. A participação do Banco Mundial (Bird) é estimada em US\$ 4,5 bilhões e a do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em outros US\$ 4,5 bilhões. Ontem, um funcionário familiarizado com as negociações disse que, só entre o FMI e os bancos multilaterais, o pacote deve atingir cerca de US\$ 30 bilhões, sem contar os recursos do G-7, o grupo das principais economias industrializadas. O total da ajuda deve ficar em US\$ 40 bilhões.



Gustavo Franco

com o FMI, seguirá para a Basiléia, neste final de semana, para discutir com o BIS detalhes do apoio financeiro. A carta de intenções do Brasil para o Fundo poderá ser assinada ainda hoje, por fax, pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. O documento será dirigido ao diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus. "Não me surpreenderia se a carta saísse amanhã (hoje)", disse a fonte.

Segundo a assessoria de imprensa do Banco Central, a missão de Franco é "fazer o arremate político macroeconômico" das conversas em torno de um acordo com o fundo e demais organismos que estejam dispostos a participar do pacote de apoio.

No final da semana passada, já tinham seguido para a capital dos EUA os secretários de Política Econômica e de Assuntos

Internacionais do Ministério da Fazenda, respectivamente Amauri Bier e Marcos Caramuru, e ainda o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes.

Segundo um assessor da equipe econômica, com a evolução das conversas no âmbito técnico, já estava na hora de o governo brasileiro enviar de novo a Washington uma autoridade econômica de "maior peso político". Diante da necessidade de permanecer no país para trabalhar pela aprovação do ajuste fiscal que tramita no Congresso, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, decidiu delegar a missão a Franco.

A decisão de Malan indica que o acordo é iminente. Ainda que exista perspectiva de empréstimos de ou-

tros organismos multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento e ainda do G7, qualquer apoio internacional ao Brasil passa necessariamente por um acordo com o FMI em torno do ajuste fiscal.

A Oposição ao governo Fernando Henrique no Senado está exigindo que a conteúdo da Carta de Intenções ao FMI seja previamente informado ao Legislativo, antes de o documento ser assinado e encaminhado ao fundo. O conhecimento prévio da carta foi cobrado do ministro Pedro Malan num ofício de iniciativa do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), assinado também por mais nove senadores. Até ontem no final do dia, não havia resposta do Ministério ao ofício. Segundo um assessor da área econômica, o documento a ser firmado perante o FMI não deverá trazer novidades em relação ao que já foi informado ao Congresso na proposta de ajuste fiscal.

No FMI, o clima também é de que os entendimentos estão fechados. Quarta-feira passada, no jantar de despedida a Alexandre Kafka, Camdessus lamentou que o ex-representante do Brasil no Fundo estivesse deixando o cargo "três dias antes de uma data gloriosa" para o País, contou um assessor da entidade. Naquele evento, com a presença de cem pessoas, o diretor do FMI antecipou a conclusão dos entendimentos com o governo brasileiro, que abrirá as portas para o apoio internacional.

"Se há um acordo sobre a carta de intenções, aproxima-se o momento em que o dinheiro estará disponível. Isso seria muito positivo para o mercado", disse Jorge Mariscal, diretor de estratégia para investimentos do Goldman Sachs na América Latina. Entretanto, "ainda há certa cautela", disse. "O tipo de compra que vimos

até agora foi de capital de curto prazo, disposto a aproveitar a oportunidade em torno desses anúncios: o programa de ajuste fiscal e o acordo com o Fundo". Segundo Mariscal, os investidores estão cautelosos porque "faltam muitas partes do pacote fiscal para serem aprovadas, e é possível que ainda exista muito ruído dentro do Congresso".

As negociações do chamado mecanismo de prevenção de crises, ou programa de contingência, anunciado sexta-feira passada pelo G-7, "é fruto de intensas consultas", contou uma das fontes, ao se referir à escolha do BIS para coordenar a participação dos países ricos. Alfons Verplaetse, presidente da instituição, esteve no começo de outubro na reunião de mi-

nistros da Fazenda e presidentes de bancos centrais do G-22, em Washington, durante a assembléia anual do FMI e do Banco Mundial. O G-22 é formado pelo G-7 e pelo G-15, o foro dos principais países emergentes, entre eles o Brasil. O encontro foi aberto pelo presidente

dos EUA, Bill Clinton, e dele participaram Michel Camdessus, o presidente do Federal Reserve (Fed, banco central americano), Alan Greenspan,

o presidente do Bird, James Wolfensohn, e dirigentes de outros organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na ocasião, Clinton disse que os EUA e os demais membros do G-7 fariam o possível para conter a crise

financeira e indicou que aquela reunião não só se relacionava com as turbulências atuais, mas com o futuro. Daí, segundo ele, a importância de se construir "uma nova arquitetura do sistema financeiro internacional". O plano de contingência é parte dessa nova arquitetura, cujos pilares foram anunciados sexta-feira passada pelo G-7.

Os resultados das eleições americanas, nesta semana, fortalecem o presidente Clinton e ajudam muito o Brasil, "inclusive se ele tiver que usar os recursos do Fundo de Estabilização Cambial", comentou uma fonte da área política, em Washington. Desse fundo, gerido pelo Departamento do Tesouro, provavelmente sairão os recursos para o pacote de apoio ao País. Nesta semana, a Casa Branca começou a informar aos parlamentares americanos sobre o plano de contingência, que incluirá bilhões de dólares dos EUA.

Presidente do BC segue para a Basiléia no fim de semana para negociar detalhes do acordo, a ser assinado pelo ministro Malan